

Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

PROPOSTA Nº 423/2016

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a celebração de Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, com vista à recuperação e revitalização do prédio, sito na Estrada de Benfica, n.º 417-A, no âmbito do projeto municipal “Casas da Cidadania”, bem como aprovar a transferência de verba respetiva

Pelouro: Direitos Sociais

Serviço: Departamento para os Direitos Sociais

Considerando:

É objetivo primordial do projeto municipal “**Casas da Cidadania**” contribuir para o desenvolvimento do espírito cívico e da consciência social dos indivíduos, fomentando a sua prática individual e social e promovendo uma cultura de cidadania;

Sendo equipamentos criados para o público em geral, as Casas da Cidadania deverão ser um ponto de encontro, de partilha de interesses, de conhecimentos e de intervenção social, promotoras de dinâmicas gregárias em torno do território e das necessidades dos seus moradores, dos que ali desenvolvem a sua atividade profissional ou estudam, funcionando como incrementadoras de um modelo de intervenção popular, importante na identificação e reivindicação de necessidades, constituindo-se como espaço da *vox populi* e determinante na articulação entre as comunidades e o Poder Local, as instituições, as organizações e os restantes cidadãos;

Aprovado o modelo de funcionamento do projeto, impõe-se agora operacionalizá-lo em territórios identificados como prioritários, colocando em atividade equipamentos dotados de infraestruturas e recursos que permitam implementar todo um conjunto de respostas, revitalizando uma cultura municipal promotora dos valores democráticos, cívicos e de cooperação entre agentes culturais, sociais e a população;

Na freguesia de São Domingos de Benfica, que apresenta grande fragilidade social com especial incidência na população idosa, a respectiva Junta pretende reabilitar um prédio inserido no conjunto designado por Bairro Grandela e classificado como de interesse público, prédio esse correspondente ao n.º 417-A da Estrada de Benfica (antiga escola primária) e que lhe foi cedido pela Direção Geral do Tesouro e das Finanças, em 2015, pelo período de 20 anos, conforme auto que se junta à presente proposta como Anexo I;

A recuperação do imóvel pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, com um valor estimado de € 214.014,00 e um prazo de conclusão no terreno na ordem dos 6 meses, permitirá restabelecer no Bairro Grandela um renovado “lugar” de memória, especialmente vocacionado para o apoio cívico e artístico-cultural à população, até por efeito do estipulado no auto de cedência referido;



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Tendo conhecimento da intenção da C.M.L. em promover a implementação do projeto “Casas da Cidadania” em territórios prioritários, a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica manifestou interesse em estabelecer colaboração, com vista a permitir a afetação, àquele projeto, do imóvel referido, logo que recuperado, desde que o Município apoie financeiramente as respetivas obras;

Havendo manifesto interesse da C.M.L. na proposta de colaboração apresentada pela Junta, e sem prejuízo de ulterior acordo ou contrato relativo à operacionalização, em concreto, do projeto naquele espaço, designadamente por via de delegação de competências, importa que tal colaboração conste de instrumento jurídico que disponha de forma clara as obrigações das partes, em especial no que concerne ao apoio financeiro a atribuir pelo Município;

Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

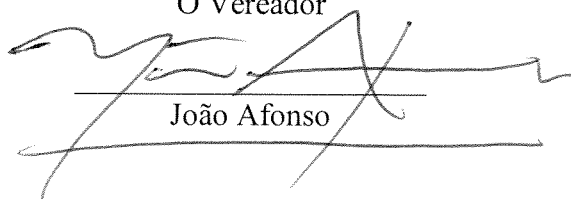
Assim, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e para efeitos do previsto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:

- a) A celebração de Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, no âmbito da recuperação e revitalização do prédio, sito na Estrada de Benfica, n.º 417-A, nos termos da minuta que se junta à presente proposta como Anexo II e que dela faz parte integrante;
- b) A transferência para Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica do montante total de € 200.000,00 (duzentos mil euros), nos termos e para os efeitos previstos no Protocolo constante da alínea anterior.

A despesa tem cabimento na Acção-Plano C3.P001.09 da Rubrica 08.05.01.01.01 da Orgânica L15.00 do orçamento em vigor.

Paços do Concelho, aos 29 de julho de 2016.

O Vereador



João Afonso

ANEXO I

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Proc.º 26-LFE-J-41
SIE - 32735

AUTO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO E DE ACEITAÇÃO

No dia vinte e seis dias de outubro de 2015, foi celebrado o presente Auto de Cedência de Utilização e de Aceitação, pelos seguintes Outorgantes: -----

Primeiro: Estado Português, pessoa coletiva de direito público n.º 501 481 036, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, pessoa coletiva n.º 600 006 441, com sede na Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º, em Lisboa, neste ato representado pelo Eng.º Bernardo Xavier Alabaça, qualidade de Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças, adiante designado por Primeiro Outorgante, -----

Segundo: Freguesia de São Domingos de Benfica, pessoa coletiva n.º 505 203 731, com sede na Rua Raúl Carapinha, em 1500-542 Lisboa, neste ato representada pelo Eng.º José António Cardoso Alves, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, adiante designado por Segundo Outorgante, -----

O Primeiro Outorgante, na qualidade em que intervém, cede ao Segundo Outorgante, nos termos dos artigos 53.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e de harmonia com o Despacho n.º 1677/15-SET, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, de 30 de setembro de 2015, proferido no âmbito das competências delegadas pelo Despacho n.º 11841/2013, de 6 de setembro, de S. Exa. a Ministra de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 176, de 12 de setembro, o prédio do Estado sito na Estrada de Benfica n.º 417-A, em Lisboa, inscrito na matriz predial sob o artigo 1407, da freguesia de S. Domingos de Benfica e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2626, da freguesia de Benfica, inserido no conjunto designado por Bairro Grandela, classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto do Governo n.º 29/84, de 25 de junho, designado por Prédio, nas seguintes condições: ---

1. O Prédio destina-se a ser reabilitado e revitalizado pelo Segundo Outorgante, tendo em vista ser utilizado no apoio cívico e artístico-cultural, através da criação de um polo cultural e recreativo para apoio à população.-----
2. A cedência tem como contrapartida a recuperação e revitalização do Prédio, a realizar pelo Segundo Outorgante num montante estimado de € 247.382,00 + IVA (duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e dois euros + IVA).-----
3. A cedência é efetuada pelo prazo de 20 anos, devendo a conclusão das obras de recuperação do Prédio estar concluídas no decurso dos 2 anos subsequentes à assinatura do presente Auto; -----
4. Para além da compensação acima referida são, ainda, da responsabilidade do Segundo Outorgante as despesas e os encargos com a conservação e a manutenção do Prédio, consumos de eletricidade, água, gás, seguros e tarifa de conservação de esgotos, bem como os encargos tributários, nos termos do disposto no artigo 56.º e no n.º 3 do artigo 45.º *in fine* do referido Decreto-Lei n.º 280/2007; -----
5. A realização de benfeitorias no Prédio não confere ao Segundo Outorgante o direito ao recebimento de qualquer indemnização no termo da cedência. -----
6. Em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, o Prédio regressa à posse do Primeiro Outorgante, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças,



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

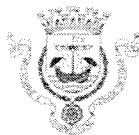
Proc.º 26-LFE-J-41
SIIE – 32735

se lhe for dado destino diferente do estipulado neste Auto, no todo ou em parte, bem como se não for utilizado, ou ainda se for declarada a inconveniência da manutenção da presente cedência, aplicando-se, neste caso, o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto. -----

7. A presente cedência entra em vigor no dia 1 de novembro de 2015. -----
Pelo Segundo Outorgante foi dito que aceita a cedência de utilização constante deste Auto, nas condições aqui expressas que se obriga a cumprir. -----
Deste Auto foram elaborados dois exemplares e entregue um a cada Outorgante. -----

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

DAGM
Prop. n.º 423/2016
Fls. _____

Anexo II

Protocolo de Colaboração (Minuta)

Considerando:

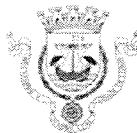
- As Casas da Cidadania deverão ser um ponto de encontro, de partilha de interesses, de conhecimentos e de intervenção social, promotoras de dinâmicas gregárias em torno do território e das necessidades dos seus moradores, dos que ali desenvolvem a sua atividade profissional ou estudam, funcionando como incrementadoras de um modelo de intervenção popular, importante na identificação e reivindicação de necessidades, constituindo-se como espaço da vox populi e determinante na articulação entre as comunidades e o Poder Local, as instituições, as organizações e os restantes cidadãos;
- A sua operacionalização pretende-se em territórios identificados como prioritários, colocando em atividade equipamentos dotados de infraestruturas e recursos que permitam implementar todo um conjunto de respostas, revitalizando uma cultura municipal promotora dos valores democráticos, cívicos e de cooperação entre agentes culturais, sociais e a população;
- O interesse comum entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica em estabelecer colaboração com vista a permitir a afectação de um prédio inserido no conjunto designado por Bairro Grandela e classificado como de interesse público, correspondente ao n.º 417-A da Estrada de Benfica (antiga escola primária) cedido a esta pela Direção Geral do Tesouro e das Finanças, em 2015, pelo período de 20 anos.

Assim, entre:

O **Município de Lisboa**, pessoa coletiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designado por CML e aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de Dezembro;

E

A **Freguesia de São Domingos de Benfica**, pessoa coletiva n.º 505203731, com sede na Rua Raul Carapinha, em Lisboa, representada pelo Sr. Eng. José António Cardoso Alves, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, de ora em diante designada por Junta de Freguesia;



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

é celebrado o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objecto

1. O presente Protocolo define os termos e condições de colaboração entre as partes com vista à recuperação, pela Junta de Freguesia, do prédio correspondente ao n.º 417-A da Estrada de Benfica, em Lisboa, melhor identificado no Auto de Cedência de Utilização outorgado entre esta e a Direção Geral do Tesouro e das Finanças a 26 de Outubro de 2015.
2. A reabilitação referida tem por finalidade permitir a implementação, naquele imóvel, do projecto municipal “Casas da Cidadania”, nos precisos termos em que se encontra aprovado e nos que venham a ser definidos em contrato de delegação de competências a outorgar pelas partes logo após a realização das respetivas obras.
3. Constitui, ainda, objeto do presente Protocolo, enquadrar a atribuição de apoio financeiro, pelo Município à Junta de Freguesia, destinado a fazer face aos encargos decorrentes da recuperação, por esta, do imóvel referido no n.º 1 da presente Cláusula.

Cláusula 2ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

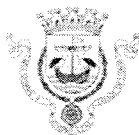
- a) Transferir para a Junta de Freguesia o montante total de 200.000,00€ (duzentos mil euros), em 2016 e numa única prestação, a título de apoio à execução das obras de recuperação do imóvel referido no n.º 1 da Cláusula 1ª;
- b) Prestar apoio técnico e acompanhar a execução das obras mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela Junta de Freguesia.

Cláusula 3ª

Obrigações do Segundo Outorgante

1. O Segundo Outorgante obriga-se a:

- c) Proceder à execução de obras de recuperação do imóvel referido no n.º 1 da Cláusula 1ª, tendo presente a finalidade referida no n.º 2 da mesma, articulando com o Primeiro Outorgante os termos precisos das mesmas antes de as iniciar;
- d) Prestar atempadamente toda a informação que venha a ser solicitada pelo Primeiro Outorgante durante a execução das obras;
- e) Remeter ao Primeiro Outorgante, até 30 dias após o termo das obras mencionadas, um relatório circunstanciado e documentado no que concerne à sua execução



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

física e financeira, acompanhado dos respetivos documentos comprovativos das despesas realizadas;

- f) Disponibilizar o imóvel recuperado para os fins previstos no presente Protocolo, acordando e celebrando com o Primeiro Outorgante contrato de delegação de competências que permita colocar em funcionamento, naquele, o projeto “Casas da Cidadania” ou outro projeto municipal com idênticas finalidades;
- g) Devolver ao Município o apoio financeiro referido na Cláusula 2ª no caso de não serem realizadas as obras de recuperação previstas no presente Protocolo ou de ao imóvel vir a ser dado uso distinto.

2. A disponibilização do imóvel, referida na alínea f) do número anterior, tem lugar pelo período mínimo de quinze anos, contados após o termo das obras de recuperação do mesmo, salvo acordo escrito das partes em contrário.

Cláusula 4ª

Revisão ao Protocolo

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula 5ª

Incumprimento, Rescisão e Sanções

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.

Cláusula 6ª

Vigência do Protocolo

O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará até ao cumprimento do seu objeto.

Cláusula 10ª

Disposições Finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Protocolo aplicam-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 278º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante.

Paços do Concelho de Lisboa, aos ... de ... de 2016

Pelo Município de Lisboa

Pela Freguesia de São Domingos de Benfica



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CMML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa

Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2016

Data Lanç.: 22.07.2016

Data Doc.: 22.07.2016

Doc. Origem: INF/204/DDS/DIS

Descrição: PROTOCOLO JUNTA SÃO DOMINGOS BENFICA

Orgânica: L15.00

DEP. PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Nº Cabimento: 5316005927

NUP: 616004088

Funcional:

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
08.05.01.01.01	C3.P001.09	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00
	Totais	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00

Total do Valor Cabimentado 200.000,00

Procedimento Adequado em Função do Valor

Procedimento Seguido Doc. Justificativo

Competência P/ Autorização

Contrato Escrito Exigido [] Não Exigido []

Visto Tribunal de Contas Exigido [] Não Exigido []

Comunicação Adicional T. C. Exigido [] Não Exigido []

Prop. n.º 023 16
Fls. DACM

Data: 22.07.2016 Hora: 14:25:19

Pág: 1 / 1

Util: LPAULINO

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR

DACM
Prop. n.º 423/2016
Fls. _____



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

DACM
Prop. n.º 427/2016
Fls. _____

DACM
Prop. n.º 424/2016
Fls. _____

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 31.07.2016

Nº

1177 /2016

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

Proposta 424/2016	5316005934	25.000,00 €
Proposta 427/2016	5316001555	40.000,00 €
Prop S/N	5316003560	140.160,00 €
Proposta 423/2016	5316005927	200.000,00 €
		405.160,00 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na L15.00

405.160,00 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 26 de Julho de 2016

O Director de Departamento de Contabilidade


Carlos Gabriel



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no Artigo 19.º n.º 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 27 de julho de 2016, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Proposta n.º 416/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Deliberar ratificar o Despacho do Senhor Vice-Presidente que aprovou a 16.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11(8PS e 3Ind.)	3(2PPD/PSD e 1CDS/PP)	2(PCP)

Proposta n.º 417/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o deferimento do pedido de alteração à licença das operações de loteamento promovida pela Splendid Return, Lda., a realizar na Calçada Marquês de Abrantes e Largo de Santos, Freguesia da Estrela, que constitui o processo n.º 7/URB/2016, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13(8PS, 3Ind. e 2PCP)	1(CDS/PP)	2(PPD/PSD)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 422/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar o Programa Municipal das Casas da Cidadania, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 423/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a celebração de Protocolo de Colaboração com a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, com vista à recuperação e revitalização do prédio, sito na Estrada de Benfica, n.º 417-A, no âmbito do projeto municipal “Casas da Cidadania”, bem como aprovar a transferência de verba respetiva, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 424/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Lisboa às Associações Internacionais denominadas EIT Health e.V. e EIT Health InnoStars, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 425/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a minuta de adenda aos Contratos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, no âmbito do apoio logístico às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa, bem como aprovar as respetivas transferências de verbas, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)




C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 435/2016

(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

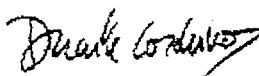
Aprovar a designação do representante do Município no Conselho de Administração do "MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A., nos termos da proposta;

Aprovada por escrutínio secreto com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções	Branco
	12	2	2	-----

Nos termos do n.º 3 do Artigo 57º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho em Lisboa, aos 27 de julho de 2016

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro

PROPOSTA N.º 423/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE BENFICA, COM VISTA À RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO, SITO NA ESTRADA DE BENFICA, N.º 417-A, NO ÂMBITO DO PROJETO MUNICIPAL “CASAS DA CIDADANIA”, BEM COMO APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBA RESPETIVA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 424/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA ÀS ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DENOMINADAS EIT HEALTH E.V. E EIT HEALTH INNOSTARS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 425/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A MINUTA DE ADENDA AOS CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE ARROIOS, CAMPO DE OURIQUE, CARNIDE E MARVILA, NO ÂMBITO DO APOIO LOGÍSTICO ÀS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA, BEM COMO APROVAR AS RESPETIVAS TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Vamos passar ao ponto 16, sendo que o PCP tem questões em relação a um, pelo menos, um ponto, Sr. Vereador João Ferreira.

O Sr. Vereador João Ferreira: - Muito obrigado Sr. Presidente.

A nossa questão era relativa ao ponto 11, à Proposta de adesão do Município à Associação Internacional *EIT Health*, e *EIT Health InnoStars*, a nossa questão era se esta, não resultou muito claro da leitura da Proposta, se a qualidade de membro da Associação é condição para a participação em projetos de investigação financiados pelo *EIT*.

E até nos acordos de parceria em rede do Instituto Europeu de Tecnologia, e a outra questão era, porque razão não há um centro de colocação em Lisboa? Se isto está previsto nesta fase não há, portanto dos vários que estão previsto, não há, se está previsto poder vir a haver, e já agora, exatamente qual é a função destes centros de colocação? Gostávamos de perceber também, um bocadinho melhor esta, a função destes centros?

Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador João Afonso.

O Sr. Vereador João Afonso: - Bom, a condição de financiamento é, de fato, fazer parte do consórcio, não é?

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Vereador João Afonso (Cont.): - ...da Associação que dá origem ao consórcio, porque isso é consiste num consórcio, ou seja...

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Vereador João Afonso (Cont.): - ...da Associação, nós participámos na candidatura do consórcio...

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Vereador João Afonso (Cont.): - ...não sendo membro, não havia Associação, ou seja, a Associação surge como resultado da aprovação do consórcio, portanto após a aprovação da candidatura ao consórcio, era necessário constituir a Associação, a verdade é que o modelo de associativo Internacional e depois o próprio subgrupo que nós fazíamos parte do tal *InnoStars*, demorou imenso tempo a sua formalização, e nós sendo uma organização, uma Instituição Pública, só há duas cidades, que é Lisboa e Copenhaga, e o modelo que foi estabelecido, foi sendo tratado, e tratado, e demorou esse tempo todo, mas, ou seja, o consórcio foi aceite, mas subjacente à sua organização, ao seu funcionamento, é necessário a constituição da Associação, portanto temos que estar na Associação.

A segunda pergunta, ou os centros de colocação, a Universidade de Lisboa avançou com uma candidatura, avançou com um processo, com um projeto dum centro de colocação já este ano, que depois se verificou não ter condições para o desenvolver.

O centro de colocação torna mais ágil, e agiliza o desenvolvimento dos processos de investigação, e inclusive o desenvolvimento de projeto, que não desenvolvidos a nível local, ou seja, não propostos a nível local, por outras instituições, possam ser desenvolvidos no centro de colocação, e portanto há a

intenção da Universidade de Lisboa e da Câmara Municipal de Lisboa, voltar a desenvolver um centro, criar um centro de colocação em Lisboa, porque é um polo de atração em termos de projetos, e de consórcio, e de parcerias com outras Universidades.

Terceira pergunta, qual era a terceira, desculpe?

Só há estas duas? Pronto, mas de qualquer forma é, temos que estar na Associação, e segundo o centro de colocação é uma missão que temos para a cidade de Lisboa.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado.

Sr. Vereador António Serzedelo.

O Sr. Vereador António Serzedelo: - Porque não aproveitar essa mais-valia Universitária e juntá-lo ao Palácio da Cidadania que acabou de apresentar?

Penso que teria vantagens, porque muitas das organizações que lá vão ter, não têm os técnicos, e os saberes, que esses vindos dessas Universidades podem complementa e dar às organizações não-governamentais, às IPSS que têm alguma falha na contratação desse pessoal, por falta de dinheiro.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado.

Sr. Vereador João Afonso.

O Sr. Vereador João Afonso: - Sr. Vereador, eu diria que essa questão não, coloca-se mas não duma forma tão direta, uma, aliás uma das grandes vantagens, uma das grandes vantagens que Lisboa tem neste consórcio a nível Europeu, aliás, uma das grandes vantagens que o nosso agrupamento tem, os *InnoStars*, é que de fato somos uma das duas cidades participantes, e este consórcio ganhou por ter uma lógica mais vocacionada, a proposta que foi apresentada, em termos de *power-It* foi uma proposta de *living lab*, ou seja, laboratório vivo, ou seja duma ligação à comunidade, das propostas em termos de envelhecimento ativo, e em termos de qualidade de vida.

Mais que um projeto centrado nas questões da investigação, do ensino superior, da formação, é ser, essa realidade ser desenvolvida em termos comunitários, em termos da comunidade, e Lisboa é uma das duas cidades possíveis, sendo que uma é uma das cidades mais caras da Europa, a outra não, Copenhaga e Lisboa, e portanto, em termos gerais o local preferencial de investigação e desenvolvimento de processos de conhecimento, pode ser a cidade de Lisboa, e portanto um dos objetivos é esse, aliás, o trabalho depois

em termos de Lisboa é feito num grupo que se chama *L Lmais, Lisbon living pools*, isto é tudo em inglês, mas pronto, e este grupo tem a cidade de Lisboa, a Universidade de Lisboa, a Universidade de Évora, portanto que me pareça o centro Hospitalar de Lisboa Norte, portanto, o Hospital de Santa Maria, Portugal Telecom, e a Ovion. São estas, e é nesse âmbito que temos de estar a trabalhar, nestas matérias, a propósito disto, e, nós iremos organizar no dia 1 de Outubro, 1, 2 e 3 de Outubro, e depois na semana seguinte, uma iniciativa que estamos a organizar, no âmbito deste projeto, que é o Lisboa idade, e no fundo é uma iniciativa sobre a questão do envelhecimento ativo, e a questão da vida em qualidade, do nascimento até à morte, e que inclui um grande, uma iniciativa aberta ao público, desde o convívio, à reflexão, que faz parte já das atividades do, deste consórcio.

Uma atividade que foi feita em experiência piloto o ano passado, na Holanda, e que este ano vamos fazer aqui em Lisboa, mas depois vamos associar a isto o Congresso Europeu Geriátrico, e o Congresso Europeu Português da Democracia que trabalha, cujo tema é a questão do envelhecimento da população, e é esse conjunto de iniciativas que estamos a desenvolver.

Bom, só para termos uma ideia, nós estamos a falar duma cota anual de financiamento do EITH, caso se consiga formalizar, é esse o nosso objetivo até Setembro, são 180 mil euros só para este festival, portanto a relação custo/benefício está feita quase para o tempo todo da nossa adesão a este consórcio.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito bem.

Penso que os esclarecimentos estão todos feitos, vamos votar.

Ponto n.º 11, Proposta 424, peço desculpa, que nós agregámos os vários pontos, portanto eu vou anunciar todos os pontos, se tiverem de acordo com a votação em conjunto.

Portanto, estamos a falar do ponto 10, Proposta 423, ponto 11 Proposta 424, 12, Proposta 425, ponto 13, Proposta 426, ponto 14, Proposta 427, ponto 15 Proposta 428, e ponto 16 Proposta 429.

Pergunto aos Srs. Vereadores quem vota contra? Quem se abstém? Foram todas aprovadas por unanimidade.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação as propostas de 423 a 429/2016, as quais foram aprovadas por unanimidade.